

CÂNCER

TCU vai investigar irregularidades na obra do centro de radioterapia do Hospital Universitário de Brasília e cobrar que os equipamentos sejam colocados em uso mesmo sem a conclusão das instalações

Aumenta pressão sobre o HUB

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

Os 18 equipamentos de radioterapia encaixotados há 34 meses no Hospital Universitário de Brasília podem ter, finalmente, um novo destino. O Tribunal de Contas da União vai analisar até o começo da próxima semana o processo que determina a retirada das máquinas do HUB, para que possam ser usadas pelos pacientes com câncer em outro hospital. O ministro relator do processo no TCU, Aroldo Cedraz, recebeu integrantes do Ministério Público do DF e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF, além de representantes de entidades médicas e de parlamentares, que foram cobrar mais rapidez na análise do caso. Enquanto as máquinas de radioterapia estão guardadas na Universidade de Brasília, os doentes precisam esperar pelo tratamento no Hospital de Base ou buscar atendimento fora da cidade.

Os aparelhos, que custaram R\$ 2,6 milhões, foram comprados pelo Ministério da Saúde e deveriam ser instalados no Centro de Alta Complexidade em Oncologia (Cacon). Mas a construção do prédio foi suspensa em janeiro do ano passado e os equipamentos continuam guardados numa sala climatizada ao lado da obra. "O contrato determinava que, se ao final de seis meses os aparelhos não estivessem em funcionamento, deveriam ter outro destino. Mas 34 meses se passaram e as máquinas

Gustavo Moreno/Especial para o CB - 14/2/07



CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE RADIOTERAPIA DO HUB ESTÁ PARADA. UnB PROMETE ABRIR LICITAÇÃO PARA O TÉRMINO DA OBRA AINDA ESTE MÊS

continuam encaixotadas", diz o procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, Marinus Marsico.

O TCU resolveu entrar no caso para investigar irregularidades na obra e cobrar que os equipamentos sejam colocados em uso, mesmo sem a conclusão do Cacon. A procuradora do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF, Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, explica que é preciso separar o problema nas obras da destinação dos equipamentos. "A

UnB deve fazer uma cessão, mesmo que temporária, dessas máquinas. Muitas delas poderiam ser colocadas em uso com rapidez", explica a procuradora.

Alguns aparelhos, como o acelerador linear, necessitam de uma construção que isole a radiação. Mas outros, como o sistema de planejamento para teleterapia poderiam ser instalados imediatamente, sem nenhuma adequação física, no sistema público. O secretário-adjunto de Saúde do DF, José Rubens Iglesias,

garante que a rede tem condições de receber todos os equipamentos. "Se esses aparelhos passarem para nossa responsabilidade, vamos tomar providências para colocá-los em funcionamento o mais rápido possível. Em alguns casos, o processo seria mais demorado porque precisaríamos construir uma sala especial com blindagem aprovada", explica Rubens.

O Hospital de Base é o único do sistema público que oferece tratamento de radioterapia. Cerca

de 3,5 mil pacientes precisam do atendimento todos os anos no DF. O HBDF tem um acelerador linear mas não dispõe de equipamentos modernos, como o sistema de braquiterapia de alta dose, encaixotado na UnB. "Hoje, uma mulher com câncer de colo de útero precisa ficar em uma maca por mais de 30 horas, com um equipamento de 30 centímetros introduzido na vagina. Se a máquina guardada na UnB estivesse em uso, esse mesmo tratamento poderia ser feito em meia hora",

reclama o médico José Antônio Ribeiro Filho, ex-presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia, que também participou da reunião no TCU.

O deputado federal Augusto Carvalho (PPS-DF) também cobrou mais pressa do TCU na análise do processo. "A obra tem irregularidades, o bunker que abrigaria o acelerador linear foi mal feita, o que deixaria as pessoas expostas à radiação", justifica o deputado.

A retomada das obras do Cacon foi comprometida por problemas burocráticos como prestações de conta e falta de alvará de construção. Segundo o vice-reitor da Universidade de Brasília, Edgar Mamiya, os dois problemas já foram resolvidos. Ele defende que os aparelhos permaneçam na instituição e garante que a licitação para o término da construção será lançada ainda este mês. "O nosso projeto alia atendimento à população com formação de recursos humanos, que seriam aproveitados por outros Cacons", justifica Mamiya.

O prédio ao lado do Hospital Universitário de Brasília, inicialmente orçado em R\$ 2,5 milhões, já consumiu R\$ 5 milhões. De acordo com a UnB, a conclusão do prédio vai exigir mais R\$ 2 milhões. A instituição vai tentar negociar com os ministérios públicos Federal e do DF a possibilidade de realizar licitação simplificada, que poderia ser mais rápida. A partir da retomada da construção do Cacon, seriam necessários seis meses para a conclusão.